

Atlas Juazeiro  
Comercializadora  
de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de  
2025.**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>5</b>
<b>Balancos patrimoniais individuais e consolidados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado individuais e consolidados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangentes individuais e consolidados</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>13</b>

## Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

### *Efeitos do curtailment*

Durante o exercício, a Companhia e suas controladas operaram normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, as controladas tiveram a geração impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados nas Notas Explicativas nº 1.3.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros das controladas:

Período	Projeto	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (ii)	Receita bruta sem <i>Curtailment</i> (R\$) (i)	(-) <i>Curtailment</i> (R\$) (i)	Receita bruta com <i>Curtailment</i> (R\$) (i)
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	112.416	81.422	30.994	27,57%	17.516	(5.222)	22.738
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	112.056	81.162	30.894	27,57%	17.426	(5.205)	22.738
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	112.336	81.364	30.972	27,57%	17.319	(5.218)	22.537
2025	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	36.726	26.600	10.125	27,57%	5.796	(1.706)	7.502
<b>Total:</b>		<b>373.534</b>	<b>270.548</b>	<b>102.985</b>	<b>27,57%</b>	<b>58.057</b>	<b>(17.351)</b>	<b>75.515</b>

- (i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas indiretas da Companhia, no qual, a venda é integralmente destinada a investida direta, e por tanto são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a.Companhia.
- (ii) Refere-se a média dos cortes.

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta foi de 22,97%, inferior ao percentual de corte energético (27,57%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as investidas reconheceram valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, haja visto que os efeitos de *constrained-off* superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022. Foi reconhecido em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 382, conforme nota explicativa nº 19.

A Companhia e suas controladas entendem que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, no julgamento da Companhia e suas controladas, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Companhia e suas controladas terão condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração da Companhia e suas controladas, entendem, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração da Companhia e suas controladas adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

O valor estimado acumulado de compensação até dezembro de 2025 está apresentado a seguir:

Período	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório
2025	Sim	114	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Sim	115	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Sim	115	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
2025	Sim	37	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário
		<b>381</b>	

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.3, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Companhia e suas controladas, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 27 de março de 2026.



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da  
Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia S.A.  
São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

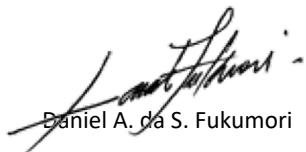
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Balanças patrimoniais individuais e consolidadas  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.545	6.892	7.488	9.929	Fornecedores	14	112.301	93.822	15.071	19.262
Contas a receber	9	21.244	21.629	21.705	22.371	Obrigações fiscais		25	500	443	809
Impostos a recuperar		194	58	357	125	Imposto de renda e contribuição social	22	-	115	855	331
Imposto de renda e contribuição social		3.267	1.476	3.278	1.481	Emprestimos e financiamentos	15	23.825	25.927	23.825	25.927
Adiantamento a fornecedores		60	-	60	-	Dividendos a pagar	22	7.209	6.914	7.209	6.914
Despesas antecipadas	11	1.633	2.080	2.012	2.080	Mútuos financeiros com partes relacionadas	10	-	7.316	-	-
Tributos diferidos	21	-	1.575	-	1.575	Outras contas a pagar	14	168	-	3.252	282
Mútuos financeiros com partes relacionadas	10	-	102	-	-						
Dividendos a receber	22	10.842	2.184	-	-						
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>40.785</b>	<b>35.996</b>	<b>34.900</b>	<b>37.561</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>143.528</b>	<b>134.594</b>	<b>50.655</b>	<b>53.525</b>
Tributos diferidos	21	7.525	17.674	7.525	17.674	Emprestimos e financiamentos	15	238.839	287.948	238.839	287.948
Mútuos financeiros com partes relacionadas	10	364	-	-	-	Mútuos financeiros com partes relacionadas	10	9.535	-	-	-
Investimentos	12	620.823	622.763	-	-	Provisão para desmobilização	16	-	-	12.553	11.277
Ativo imobilizado	13	-	-	537.217	551.406	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>248.374</b>	<b>287.948</b>	<b>251.392</b>	<b>299.225</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>628.712</b>	<b>640.437</b>	<b>544.742</b>	<b>569.080</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	17				
						Capital social		266.158	266.158	266.158	266.158
						Reserva de hedge		(14.607)	(37.366)	(14.607)	(37.366)
						Reserva de lucros		26.044	25.099	26.044	25.099
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>277.595</b>	<b>253.891</b>	<b>277.595</b>	<b>253.891</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>669.497</b>	<b>676.433</b>	<b>579.642</b>	<b>606.641</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>669.497</b>	<b>676.433</b>	<b>579.642</b>	<b>606.641</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	18	222.632	219.856	220.917	218.752
Custos de operação	19	(203.838)	(187.878)	(187.969)	(169.454)
<b>Lucro bruto</b>		<b>18.794</b>	<b>31.978</b>	<b>32.948</b>	<b>49.298</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	19	(1.623)	(1.778)	(4.899)	(2.783)
Outras receitas e (despesas) operacionais	19	118	45	(144)	(1.294)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>17.289</b>	<b>30.245</b>	<b>27.905</b>	<b>45.221</b>
Receitas financeiras	20	435	5.392	594	5.717
Despesas financeiras	20	(26.012)	(22.683)	(25.117)	(22.809)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(25.577)</b>	<b>(17.291)</b>	<b>(24.523)</b>	<b>(17.092)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12	9.527	13.138	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>1.239</b>	<b>26.092</b>	<b>3.382</b>	<b>28.129</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	(1.493)	(2.143)	(3.530)
<b>Luro líquido do exercício</b>		<b>1.239</b>	<b>24.599</b>	<b>1.239</b>	<b>24.599</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Luro líquido do exercício</b>		<u>1.239</u>	<u>24.599</u>	<u>1.239</u>	<u>24.599</u>
Hedge de fluxo de caixa	23	<u>22.759</u>	<u>(52.225)</u>	<u>22.759</u>	<u>(52.225)</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<u><u>23.998</u></u>	<u><u>(27.626)</u></u>	<u><u>23.998</u></u>	<u><u>(27.626)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Outros resultados abrangentes		Reserva de lucros		Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reservas de hedge	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>266.158</b>	<b>14.859</b>	<b>226</b>	<b>6.117</b>	-	<b>287.360</b>
Hedge de fluxo de caixa	17.e	-	(52.225)	-	-	-	(52.225)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.599	24.599
Constituição para reserva legal	17.b	-	-	1.230	-	(1.230)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.c	-	-	-	-	(5.843)	(5.843)
Destinação para reserva de retenção de lucros	17.d	-	-	-	17.526	(17.526)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>266.158</b>	<b>(37.366)</b>	<b>1.456</b>	<b>23.643</b>	-	<b>253.891</b>
Hedge de fluxo de caixa	17.e	-	22.759	-	-	-	22.759
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.239	1.239
Constituição para reserva legal	17.b	-	-	62	-	(62)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.c	-	-	-	-	(294)	(294)
Destinação para reserva de retenção de lucros	17.d	-	-	-	883	(883)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>266.158</b>	<b>(14.607)</b>	<b>1.518</b>	<b>24.526</b>	-	<b>277.595</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<b>1.239</b>	<b>26.092</b>	<b>3.382</b>	<b>28.129</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos de atividades operacionais:</b>					
Depreciação	13	-	-	17.947	20.374
Amortização do custo da desmobilização	13	-	-	376	3.083
Correção monetária da provisão de desmobilização	16	-	-	-	3.146
Juros sobre financiamentos	15	16.905	17.829	16.905	17.829
Amortização do custo de captação	15	2.776	2.850	2.776	2.850
Variação cambial sobre juros de financiamentos	19	(1.094)	(5.080)	(1.094)	(5.080)
Juros sobre mútuos obtidos	10	713	-	-	-
Juros sobre mútuos concedidos	10	(7)	-	-	-
Atualização da provisão de desmobilização	16	-	-	1.276	(18.497)
Baixa de imobilizado	13	-	-	541	2.731
Resultado de equivalência patrimonial	12	(9.527)	(13.138)	-	-
<b>Resultado ajustado</b>		<b>11.005</b>	<b>28.553</b>	<b>42.109</b>	<b>54.565</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>					
Contas a receber		385	(5.822)	666	(6.264)
Impostos a recuperar		(136)	208	(232)	306
Imposto de renda e contribuição social		(1.791)	530	(1.797)	530
Adiantamento a fornecedores		(60)	2.668	(60)	2.668
Despesas antecipadas		448	(2.080)	68	(262)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>					
Fornecedores		18.479	11.485	(4.195)	8.633
Obrigações fiscais		(476)	335	(365)	215
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	(2)
Outras contas a pagar		170	(47)	2.976	(101)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>28.024</b>	<b>35.830</b>	<b>39.171</b>	<b>60.288</b>
Pagamento de juros de financiamento	15	(16.586)	(18.646)	(16.586)	(18.646)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	21	(116)	(1.378)	(1.622)	(3.671)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>11.322</b>	<b>15.806</b>	<b>20.963</b>	<b>37.971</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Recebimento de dividendos	12	2.809	9.741	-	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	10	(328)	102	-	-
Recebimento de mútuos financeiros - partes relacionadas	10	102	-	-	-
Custo sobre mútuos - partes relacionadas	10	(29)	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	-	-	(4.675)	(4.236)
<b>Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>2.554</b>	<b>9.843</b>	<b>(4.675)</b>	<b>(4.236)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Pagamento de financiamentos (principal)	15	(18.729)	(27.547)	(18.729)	(27.547)
Custo de captação de financiamentos	15	-	(136)	-	(136)
Mútuos - partes relacionadas (principal)	10	8.334	7.316	-	-
Custo sobre mútuos - partes relacionadas	10	488	-	-	-
Pagamento de mútuos financeiros - partes relacionadas	10	(7.316)	-	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(17.223)</b>	<b>(20.367)</b>	<b>(18.729)</b>	<b>(27.683)</b>
<b>(Redução) / Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.347)</b>	<b>5.282</b>	<b>(2.441)</b>	<b>6.052</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	6.892	1.609	9.929	3.877
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	3.545	6.891	7.488	9.929
		<b>(3.347)</b>	<b>5.282</b>	<b>(2.441)</b>	<b>6.052</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

### **1 Contexto operacional**

A Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, Andar 7, bairro Cidade Monções, CEP: 04571.900, na cidade de São Paulo no estado de São Paulo.

A Companhia tem como controladora a Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. com participação de 97% do capital social da Companhia e como controlador final o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia foi constituída em 29 de abril de 2019, com o objetivo de centralizar os investimentos nas seguintes SPEs: Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda., Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda., Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda., Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.

As controladas da Companhia receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 157 MW por 35 anos, que compreende ao período de 17 de dezembro de 2019 a 17 de dezembro de 2054.

A Companhia iniciou sua operação em 2021, a qual dedica sua produção ao atendimento prioritário dos contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre (ACL) para fornecimento médio anual de 350,4 GWh junto ao Grupo Dow Brasil pelo prazo de 15 anos. Em 2025, as controladas da Companhia geraram 270,5 GWh (373,7 GWh em 2024) dos quais, 350,4 GWh foram para o cumprimento do contrato junto a Dow.

#### **1.1 Curtailment**

As controladas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, consequentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos

cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

## **1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros**

A controladora apresentou capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, negativo em R\$ 102.743 (negativo de R\$ 98.598 em 31 de dezembro de 2024). O Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado negativo em 2025, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 15.755 (negativo de R\$ 15.964 em 31 de dezembro de 2024) lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 1.239 (R\$ 24.599 em 31 de dezembro de 2024). Apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 20.965 (R\$ 37.971 em 31 de dezembro de 2024). O saldo de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 26.044 (R\$ 25.099 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, uma vez que as investidas entraram em operação em 2022 e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a acionista da Companhia poderá transferir recursos de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **1.3 Autorizações para exploração**

As controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

Usina	Período da autorização	Potência (MW)	Produção Estimada (P90)	Início de operação comercial	Ambiente Contratação	Estado	Condição de produção
			(MW médio)				
UFV Juazeiro V	17/12/2019 a 17/12/2054	47,29	14	10/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VI	17/12/2019 a 17/12/2054	47,29	14	12/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VII	17/12/2019 a 17/12/2054	47,29	14	11/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VIII	17/12/2019 a 17/12/2054	15,20	4,5	11/2021	ACL	BA	Operacional

As controladas terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com sua controladora, para suprir os contratos de venda firmados, bilateralmente no ambiente de contratação livre, e por tanto são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a.

## 2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas	País	Participação acionária	
		31/12/2025	31/12/2024
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda. (a)	Brasil	100%	100 %
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda. (a)	Brasil	100%	100 %
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda. (a)	Brasil	100%	100 %
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda. (a)	Brasil	100%	100 %

- (a) As controladas foram constituídas em 03 de setembro de 2019, e têm como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

## 3 Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2026.

### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurado ao valor justo por meio do resultado.
- Hedge de fluxo de caixa mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

## **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **5 Uso de estimativas**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 13** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 14:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº 16:** Refere-se às principais premissas na mensuração de custos prováveis, descontados a valor presente, representando, assim, a saída futura de recursos necessários para a entrega do terreno arrendado nas condições iniciais previstas no contrato;
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos - Nota explicativa nº 21 -** Reconhecimento e mensuração dos impostos diferidos;
- **Instrumentos financeiros - Nota explicativa nº 23** – Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

## **6 Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **a. Base de consolidação**

#### **(i) Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### **(ii) Perda de controle**

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

#### **(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

#### **(iv) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **b. Receita de contrato com cliente**

#### ***Reconhecimento da receita***

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;

- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;  
e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

A Companhia firmou um PPA (*Purchase Price Agreement*) em Dólar em ambiente de contratação livre, com intuito de otimizar os gastos do cliente que tem suas principais fontes em Dólar americano. Dado ao elemento terceiro vinculado ao PPA, há certa subjetividade sob o enquadramento deste contrato como derivativo embutido, contudo, como o cliente detém moeda funcional Dólar americano, esta operação se enquadra na definição de exceções ao derivativo embutido, e por tanto, não há nenhum evento de marcação a mercado sob este contrato.

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

**d. Imposto de renda e contribuição social**

***Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, após todas adições e exclusões.

***Regime de tributação pelo lucro presumido – Demais controladas***

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresentou diferenças temporárias, exclusivamente relacionadas a variação cambial do principal referente ao financiamento atrelado a moeda estrangeira.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**e. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual o Grupo definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**g. Provisão para desmobilização**

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam o Grupo, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados.

Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 16.

**(i) Reconhecimento e mensuração**

O reconhecimento da provisão de desmobilização acontece mediante a entrada em operação do parque fotovoltaico, dado que neste momento o reconhecimento e mensuração estão livres de incertezas acerca do preço e prazo e o parque está apto a iniciar sua geração.

## **h. Instrumentos financeiros**

### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

Contas a receber emitidos serão reconhecidos inicialmente na data em que forem originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

#### **(a) Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).
- ao VJORA (Valor Justo por meio do Resultado)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### **(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

**(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio**

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos

financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

**(a) Ativos financeiros**

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**(b) Passivos financeiros**

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**h. Contabilidade de Hedge (“*hedge accounting*”)**

O Grupo designou instrumento financeiro não derivativo, sendo o principal do contrato de financiamento atrelado a moeda estrangeira, dólar americano (USD), como instrumento de hedge, para proteger suas receitas futuras altamente prováveis, firmadas por meio de Contrato de PPA (*Power Purchase Agreement*), do risco de oscilação de moeda estrangeira, também atrelado ao dólar americano (USD), aplicando a contabilização de hedge (*hedge accounting*).

No início de relacionamento do hedge designado, o Grupo documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração do Grupo monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

***Hedge de fluxo de caixa***

Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica AAP (Ajuste de Avaliação Patrimonial), e são limitadas ao índice designado para o item protegido. O Grupo designou a

totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de *hedge* acumuladas em AAP, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se, o instrumento de *hedge* for rescindido, ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

**i. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

***Mensuração das perdas de crédito esperada***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### **Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

#### (ii) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros do Grupo encontram-se em fase pré-operacional e encontram-se de acordo com o cronograma de início de construção, sendo assim não apresentam indicativos risco de perda do valor recuperável.

#### **k. Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na

desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado. No caso da Companhia, os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem às terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,23% a.a.

#### **l. Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### **m. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da

transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **7 Novas normas e interpretações**

### **(a) Normas contábeis**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

#### **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

**b) Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

**(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras**

**Introdução:**

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia.

**Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:**

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

**Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:**

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** A Companhia e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.

- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

**Medidas Adotadas e Próximos Passos:**

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements – PPAs*), a Companhia conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos bancários (a)	1.031	1.260	2.182	1.686
Aplicações financeiras curto prazo (b)	2.514	5.632	5.306	8.243
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>3.545</u></b>	<b><u>6.892</u></b>	<b><u>7.488</u></b>	<b><u>9.929</u></b>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação em média de 93% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (90% em 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

## 9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes – ACL (a)	20.691	21.403	20.690	22.145
Contas a receber de clientes – MCP (b)	553	226	633	226
<i>Constrained-off</i> (c)	-	-	382	-
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b><u>21.244</u></b>	<b><u>21.629</u></b>	<b><u>21.705</u></b>	<b><u>22.371</u></b>

- (a) Referem-se aos saldos provenientes da operação teste em da planta no momento da energização inicial da mesma no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais.
- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação em teste da planta no momento da energização inicial da mesma. A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais.
- (c) Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresenta saldo decorrente de pleitos de *constrained-off* no montante de R\$ 382. A realização depende de etapas regulatórias (análise, homologação e liquidação) e envolve risco de crédito e incerteza de prazo. A PCE (IFRS 9/CPC 48) é calculada por estágio do pleito e fatores prospectivos.

O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante a título de provisão para expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com seus títulos.

## 10 Mútuos financeiros com partes relacionadas

### a) Controladora

<b>Mútuos a receber</b>										
Mutuário	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024	Recebimentos	Adições	Juros	IOF	Saldo em 31/12/2025		
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	-	20	20	(20)	156	3	14	173		
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	-	60	60	(60)	70	1	6	77		
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	-	-	-	-	102	3	9	114		
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	-	22	22	(22)	-	-	-	-		
	<b>-</b>	<b>102</b>	<b>102</b>	<b>(102)</b>	<b>328</b>	<b>7</b>	<b>29</b>	<b>364</b>		

<b>Mútuos a pagar</b>										
Mutuante	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Adições	Juros	IOF	Saldo em 31/12/2025		
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	-	6.288	6.288	(6.288)	6.406	635	146	7.187		
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	-	-	-	-	100	20	-	120		
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	-	1.028	1.028	(1.028)	1.828	58	342	2.228		
	<b>-</b>	<b>7.316</b>	<b>7.316</b>	<b>(7.316)</b>	<b>8.334</b>	<b>713</b>	<b>488</b>	<b>9.535</b>		

## 11 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de Seguros (a)	1.632	2.080	2.012	2.080
<b>Total</b>	<b>1.632</b>	<b>2.080</b>	<b>2.012</b>	<b>2.080</b>

(a) Refere-se aos valores adiantados de Seguros.

## 12 Investimentos

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	100%	211.628	509	509	212.137
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	100%	175.789	4.350	4.350	174.650
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	100%	165.774	4.303	4.303	164.224
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	100%	69.572	365	365	69.812
<b>Total</b>		<b>622.763</b>	<b>9.527</b>	<b>9.527</b>	<b>620.823</b>

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	100%	211.628	(887)	(887)	211.628
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	100%	175.789	5.489	5.489	175.789
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	100%	165.774	5.854	5.854	165.774
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	100%	69.572	2.682	2.682	69.572
<b>Total</b>		<b>622.763</b>	<b>13.138</b>	<b>13.138</b>	<b>622.763</b>

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2024	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de lucros	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas</i>				
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	211.628	509	-	212.137
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	175.789	4.350	(5.489)	174.650
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	165.774	4.303	(5.854)	164.224
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	69.572	365	(124)	69.812
<b>Total</b>	<b>622.763</b>	<b>9.527</b>	<b>(11.467)</b>	<b>620.823</b>

*Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.*  
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas*  
*em 31 de dezembro de 2025 e 2024*

<b>Movimentação dos investimentos</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>Distribuição de lucros</b>	<b>31/12/2024</b>
<i>Investimentos em controladas</i>				
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	212.704	(887)	(190)	211.628
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	174.676	5.489	(4.376)	175.789
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	164.295	5.854	(4.374)	165.774
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	66.890	2.682	-	69.572
<b>Total</b>	<b>618.565</b>	<b>13.138</b>	<b>(8.940)</b>	<b>622.763</b>

A seguir é demonstrado o resumo das controladas:

<b>31/12/2025</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita líquida</b>
<i>Investimentos em controladas</i>				
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	218.644	6.508	212.136	16.745
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	183.690	9.041	174.649	16.658
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	176.498	12.275	164.223	16.555
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	71.607	1.792	69.815	5.541
<b>Total</b>	<b>650.439</b>	<b>29.613</b>	<b>620.823</b>	<b>55.499</b>

<b>31/12/2024</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita líquida</b>
<i>Investimentos em controladas</i>				
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	216.689	5.061	211.628	14.817
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	180.744	4.954	175.789	15.366
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	172.497	6.724	165.774	15.238
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	71.038	1.466	69.572	5.068
<b>Total</b>	<b>640.968</b>	<b>18.205</b>	<b>622.763</b>	<b>50.489</b>

## 13 Imobilizado

### Movimentação do ativo imobilizado - Consolidado

<b>Custo de aquisição:</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2025</b>
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	3.616	(299)	3.317
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos	590.968	4.236	(2.731)	592.473	1.059	(242)	593.290
Desmobilização de ativos (a)	36.256	-	(24.979)	11.277	-	-	11.277
<b>Total</b>	<b>627.224</b>	<b>4.236</b>	<b>(27.710)</b>	<b>603.750</b>	<b>4.675</b>	<b>(541)</b>	<b>607.884</b>

<b>Depreciação acumulada:</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2025</b>
Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	(31.975)	(20.369)	-	(52.344)	(17.947)	-	(70.291)
Desmobilização de ativos (a)	(5.940)	(3.088)	9.028	-	(376)	-	(376)
<b>Total da depreciação acumulada</b>	<b>(37.915)</b>	<b>(23.457)</b>	<b>9.028</b>	<b>(52.344)</b>	<b>(18.323)</b>	<b>-</b>	<b>(70.667)</b>
<b>Total</b>	<b>589.309</b>	<b>(19.221)</b>	<b>(18.682)</b>	<b>551.406</b>	<b>(13.648)</b>	<b>(541)</b>	<b>537.217</b>

a) O Grupo realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecidos. A provisão para desmobilização está demonstrada na nota explicativa nº 16.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados indicadores de possível redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados das investidas, em razão de *curtailment* operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. Em atendimento ao CPC 01, a Companhia realizou o teste de valor em uso com base em projeções de receita baseada na expectativa de geração de energia e também de acordo com os contratos de venda de energia de longo prazo, considerando a carga tributária vigente para as investidas e uma taxa de desconto alinhada ao risco do negócio (WACC 8,52%). Os testes não indicaram necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

Os ativos detidos pelas controladas compõem as garantias das operações de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

## 14 Fornecedores e outras contas a pagar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Contratação de serviços e materiais (a)	108	1.985	1.499	5.313
Compra de energia (c)	13.550	13.524	13.568	13.949
Fornecedores partes relacionadas (b)	98.643	78.313	4	-
<b>Total de fornecedores</b>	<b>112.301</b>	<b>93.822</b>	<b>15.071</b>	<b>19.262</b>
Outras contas a pagar (d)	168	-	3.252	282
<b>Total de outras contas a pagar</b>	<b>168</b>	<b>-</b>	<b>3.252</b>	<b>282</b>
<b>Total de fornecedores e outras contas a pagar</b>	<b>112.469</b>	<b>93.822</b>	<b>18.323</b>	<b>19.544</b>

- (a) Os saldos de serviços e materiais a pagar referem-se a aquisições e às contratações necessárias para manutenção e operação das Usinas Fotovoltaicas nas Companhias controladas
- (b) Refere-se a compra de energia das controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.
- (c) Compra de energia firmado no mercado livre para compor o contrato de fornecimento firmado pela Companhia.
- (d) Refere-se a provisões de serviços de manutenção e operação.

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23.

## 15 Financiamentos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Financiamentos bancários com garantia</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>313.875</b>	<b>265.476</b>
Pagamento do principal	(18.729)	(27.547)
Variação cambial (i)	(35.577)	74.049
Juros incorridos	16.905	17.829
Juros pagos	(16.586)	(18.646)
Amortização do custo de captação	2.776	2.850
Custo de captação	-	(136)
<b>Saldo em final</b>	<b>262.664</b>	<b>313.875</b>
Passivo circulante	23.825	25.927
Passivo não circulante	238.839	287.948

(i) A taxa de fechamento utilizada para conversão dos financiamentos em dólar foi de R\$ 5,50 (R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024) e em função da depreciação do câmbio em 2025, é apurada a variação cambial negativa em financiamentos. Adicionalmente a Companhia aplica instrumento de hedge de fluxo de caixa para o principal de empréstimos, de modo que a variação cambial do exercício protegida é positiva em R\$ 22.759 (negativa de R\$ 52.225 em 2024), incorrendo em tributos diferidos ativos de R\$ 7.525 (ativos de R\$ 19.249 em 2024), que corresponde a 34% de imposto de renda e contribuição social, líquido decorrente de saldo negativo de R\$ 14.607 (negativo em R\$ 37.366 em 2024), conforme nota explicativa nº 17 e nota explicativa nº 25.

**a. Termos e cronograma de amortização da dívida**

Em 2020, a Companhia assinou acordos de extensão de crédito com a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB – Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para a construção de plantas fotovoltaicas, com um total de crédito de R\$ 256.872 (USD 49.781), com vencimento em 15 de julho de 2035. O prazo do financiamento é de 15 anos, com um período de carência de 2 anos para o principal e pagamentos semestrais de juros.

	<b>Data do financiamento</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Valor em USD</b>	<b>Valor em BRL</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>31/12/2025</b>
Financiamentos	18/12/2020	CDI + 4,78%	-	8.715	15/06/2032	8.715
Financiamentos	18/12/2020	CDI + 4,78%	-	2.037	15/06/2032	2.037
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 9,26%	1.890	-	15/06/2035	10.402
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 9,26%	1.890	-	15/06/2035	10.402
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 3,68%	6.376	-	15/06/2035	35.081
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 3,68%	6.376	-	15/06/2035	35.081
Financiamentos	24/06/2021	Libor + 5,18%	16.991	-	15/06/2035	93.489
Financiamentos	24/06/2021	Libor + 5,18%	16.991	-	15/06/2035	93.489
Custo de captação de financiamentos						(26.032)
<b>Total</b>						<b>262.664</b>

	<b>Data do financiamento</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Valor em USD</b>	<b>Valor em BRL</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>31/12/2024</b>
Financiamentos	18/12/2020	CDI + 4,78%	-	8.981	15/06/2032	8.981
Financiamentos	18/12/2020	CDI + 4,78%	-	2.099	15/06/2032	2.099
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 9,26%	2.057	-	15/06/2035	12.742
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 9,26%	2.057	-	15/06/2035	12.742
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 3,68%	6.373	-	15/06/2035	39.468
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 3,68%	6.373	-	15/06/2035	39.468
Financiamentos	24/06/2021	Libor + 5,18%	18.494	-	15/06/2035	114.521
Financiamentos	24/06/2021	Libor + 5,18%	18.494	-	15/06/2035	114.521
Custo de captação de financiamentos						(30.667)
<b>Total</b>						<b>313.875</b>

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	Consolidado	
	2025	2024
2026	-	31.994
2027	26.538	31.994
2028	26.538	31.994
2029	26.538	31.994
2030 até 2035	159.045	159.972
	<b>238.839</b>	<b>287.948</b>

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao IDB Invest, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental;
- Comprovar perante o IDB Invest a correta aplicação dos recursos captados;
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- Manter o índice de serviço da dívida histórico após a Data de Operação Comercial (COD) em, no mínimo 1,00:1,05;
- Manter estrutura de contas junto Citibank S.A. e Citibank NY as contas controladas para cumprir as obrigações pecuniárias do projeto, tais como:
  - Custos operacionais
  - Custos de construção
  - Abastecimento de conta reserva de serviço da dívida
  - Serviço da dívida

**b. Garantias prestadas**

O IDB Invest também acessa garantias reais do projeto, listadas a seguir:

- alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Atlas Brasil Holding 1 Ltda;
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e
- compromisso de aporte de capital nas controladas, pela Juazeiro Comercializadora.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de financiamentos, são acompanhadas pela Administração do Grupo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu *covenant* financeiro previsto em contrato de empréstimo. Em conformidade com as obrigações contratuais, a

Companhia formalizou o tema junto à instituição financeira e obteve o respectivo *waiver*, e devido a isto a dívida não foi reclassificada para o curto prazo. Ressalta-se que a dívida foi integralmente quitada, conforme detalhado na nota explicativa nº 27.

## 16 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, as Controladas têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em dezembro de 2021, as controladas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$36.256. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74%, conforme estudo realizado.

Em dezembro de 2025, a Companhia realizou a revisão do reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica e reconheceu como provisão para desmobilização o montante de R\$ 10.901. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizando a valor presente por uma taxa definida em 12,23%.

O valor de desmobilização foi registrado no ativo de imobilizado e está sendo amortizado conforme segue:

<u>Planta</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2025</u>
Juazeiro V	7.579	(772)	3.395	(319)	3.301
Juazeiro VI	7.579	(772)	3.395	(319)	3.301
Juazeiro VII	7.579	(772)	3.395	(319)	3.301
Juazeiro VII	7.579	(772)	1.092	(319)	997
<b>Total:</b>	<b>30.316</b>	<b>(3.088)</b>	<b>11.277</b>	<b>(1.279)</b>	<b>10.901</b>

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>11.277</b>	<b>42.580</b>
Atualização monetária da provisão para desmobilização	1.276	3.146
Atualização da provisão para desmobilização (i)	-	(34.449)
<b>Saldo final</b>	<b>12.553</b>	<b>11.277</b>

- (i) A Companhia realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecido no passivo e não houve reconhecimentos de atualização da provisão para desmobilização (R\$ 34.449 em 31 de dezembro de 2024).

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 266.158, representado por 266.158 ações, nominativas e sem valor nominal. O capital integralizado pela sócia Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A detentora de 100% das ações, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 corresponde à R\$ 266.158.

### b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou o lucro líquido de R\$ 1.239 (R\$ 24.599 em 2024). Em função disso, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 62 (R\$ 1.230 em 2024).

### c. Dividendos

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 294 (R\$ 5.843 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrativo abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	1.239	24.599
<b>Base de cálculo - Reserva Legal</b>	<b><u>1.239</u></b>	<b><u>24.599</u></b>
Reserva legal - 5%	(62)	(1.230)
<b>Base de cálculo - Dividendos mínimos</b>	<b><u>1.177</u></b>	<b><u>23.369</u></b>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	294	5.843

### d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$883 (R\$17.526 em 31 de dezembro de 2024). O saldo de reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 24.526 (R\$ 23.643 em 31 de dezembro de 2023).

### e. Hedge de fluxo de caixa – Reserva de *hedge*

São reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, as variações cambiais, líquidas dos efeitos fiscais, decorrentes do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira designados como *hedge* de fluxo de caixa. Em 31 dezembro de 2025 o valor acumulado de perdas é de R\$14.607 (perdas de R\$37.366 em 31 de dezembro de 2024). As variações cambiais do instrumento de *hedge* designado, serão reconhecidas no patrimônio líquido até o momento em que o objeto de *hedge*, as receitas altamente prováveis, com a venda de energia sejam reconhecidas.

## 18 Receita operacional líquida

O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado do exercício que é condizente com as receitas bruta para fins fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita contrato de energia (ACL) (a)	245.047	242.152	245.070	242.787
Receita I-REC	-	-	-	172
<i>Constrained off</i>	-	-	382	-
Impostos sobre venda	(22.415)	(22.296)	(24.535)	(24.207)
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>222.632</b>	<b>219.856</b>	<b>220.917</b>	<b>218.752</b>

(a) Refere-se a venda de certificados de energia renovável

Em 31 de dezembro de 2025 a quantidade comercializada pelo Grupo foi de 354 GW (362 GW em 31 de dezembro de 2024)

## 19 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Custos do serviço de energia elétrica</b>				
Depreciação e amortização	-	-	(18.323)	(23.457)
Operação e manutenção	(995)	(51)	(5.591)	(5.312)
Compra de energia para revenda	(142.608)	(133.852)	(142.608)	(134.272)
Compra de energia partes relacionadas (d)	(57.613)	(51.593)	-	-
Encargo de uso da rede de energia elétrica (c)	(464)	(275)	(13.047)	(13.992)
Correção monetária para desmobilização	-	-	-	(3.146)
Atualização da provisão para desmobilização	-	-	(1.276)	18.497
Custos compartilhados - partes relacionadas (b)	(78)	(70)	(826)	(810)
Compromissos ambientais e sociais	-	-	(1.641)	(680)
Custos de locação de terras (a)	-	-	(653)	(815)
Custo de aporte em garantia	-	-	(166)	(1.237)
Seguros	(2.080)	(2.037)	(3.642)	(4.230)
Outros	-	-	(196)	-
<b>Total</b>	<b>(203.838)</b>	<b>(187.878)</b>	<b>(187.969)</b>	<b>(169.454)</b>
<b>Despesas Gerais e administrativas</b>				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contabilidade e auditoria	(116)	(113)	(445)	(454)
Assessoria e advogados	(935)	(1.393)	(3.420)	(1.715)
Serviços técnicos	(503)	-	(502)	(1)
Internet e comunicação	-	-	(87)	(67)
Despesas consumo do escritório	-	-	(388)	(14)
Viagens	-	-	-	(209)
Impostos e taxas	(69)	(272)	(57)	(323)
Outros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.623)</b>	<b>(1.778)</b>	<b>(4.899)</b>	<b>(2.783)</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>				
Baixa de ativo imobilizado	-	-	(541)	(1.450)
Outras receitas	118	45	-	156
Receita de reembolso de baixa de imobilizado	-	-	685	-
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>45</b>	<b>144</b>	<b>(1.294)</b>

- a) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- b) Ao longo de 2025 e 2024 o Grupo dispôs de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 22.
- c) Refere-se a custos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de distribuição.
- d) Refere-se a compra de energia das controladas da Companhia, conforme nota explicativa nº 22.

## 20 Receitas e despesas financeiras

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	393	409	524	708
Receita de juros – partes relacionadas	29	-	-	-
Variação cambial ativa (a)	13	4.983	70	5.009
	<b>435</b>	<b>5.392</b>	<b>594</b>	<b>5.717</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Despesas bancárias	(2.293)	(1.903)	(2.461)	(1.961)
Carta de crédito	(520)	-	(542)	(25)
Despesas de juros com financiamentos	(16.905)	(17.829)	(16.905)	(17.829)
Custo de captação incorridos	(2.776)	(2.850)	(2.776)	(2.850)
Despesa de juros – partes relacionadas	(1.141)	-	-	-
Variação cambial passiva (a)	(2.377)	(101)	(2.433)	(144)
	<b>(26.012)</b>	<b>(22.683)</b>	<b>(25.117)</b>	<b>(22.809)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(25.577)</b>	<b>(17.291)</b>	<b>(24.523)</b>	<b>(17.092)</b>

- (a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

## 21 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

**a. Valores reconhecidos no resultado do exercício - corrente**

	<b>Controladora</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	1.238	26.092
Adições / (exclusões):		
Variação cambial	(1.408)	(6.587)
Outras provisões não dedutíveis temporariamente	3.698	8
Resultado de equivalência patrimonial	(9.527)	(13.138)
Compensação de prejuízo fiscal	-	(1.912)
<b>Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(5.999)</b>	<b>4.462</b>
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.493)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	-	<b>6%</b>

A Companhia não possui expectativa de lucros tributáveis para os próximos anos.

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 39.458 (R\$ 33.460 em 31 de dezembro de 2024).

**b. Valores reconhecidos no patrimônio líquido – Impostos diferido decorrente de reserva de *hedge*:**

	<b>Controladora</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Reserva de <i>Hedge</i> – Instrumentos financeiros – Perda	-	(56.615)
Reserva de <i>Hedge</i> – Instrumentos financeiros – Ganho	34.483	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>(34.483)</b>	<b>(56.615)</b>
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Imposto de renda e contribuição social diferida do exercício	(8.620)	26.904
Imposto de renda e contribuição social diferida acumulada	(3.103)	19.249

**c. Apuração pelo lucro presumido**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita bruta	58.057	51.593
Presunção do imposto de renda – 8% (a)	4.645	4.127
Presunção da contribuição social – 12% (b)	6.967	6.191
Demais receitas – (c)	1.326	1.389
<b>Base de cálculo do IRPJ (a) + (c)</b>	<b>5.971</b>	<b>5.516</b>
Imposto de renda a alíquota de 15%	(852)	(827)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(545)	(528)
<b>Total IRPJ</b>	<b>(1.397)</b>	<b>(1.355)</b>
<b>Base de cálculo da CSLL (b) + (c)</b>	<b>8.293</b>	<b>7.580</b>
<b>Total contribuição social a alíquota de 9%</b>	<b>(746)</b>	<b>(682)</b>
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(2.143)</b>	<b>(2.037)</b>
<b>Alíquota efetiva (*)</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>

(\*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

O imposto de renda e contribuições social consolidado é representado pelo valor reconhecido pela controladora no montante de R\$ 0 (R\$1.493 em 2024) e o valor do imposto de renda e contribuição social incidente nas controladas no montante de R\$ 855 (R\$ 2.037 em 2024), totalizando o valor consolidado de R\$ 855 (R\$ 3.530 em 2024).

## **22 Partes relacionadas**

**a. Controladora e controladora final**

A controladora direta da Companhia é a Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. e o controlador final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

**b. Operações com pessoal-chave da Administração**

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

**c. Operações com partes relacionadas**

	Controladora					
	Contas a receber (a)		Contas a pagar (b)		Receita/(Despesas)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>						
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	-	-	4	-	(78)	(70)
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda. (a)	-	-	27.320	20.531	(17.366)	(15.161)
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda. (a)	-	-	32.003	24.987	(17.275)	(15.657)
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda. (a)	-	-	29.854	24.898	(17.167)	(15.593)
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda. (a)	-	-	9.461	7.897	(5.747)	(5.182)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>98.642</b>	<b>78.313</b>	<b>(57.633)</b>	<b>(51.663)</b>

- a) Em atendimento ao contrato firmado, conforme exposto na nota explicativa nº1, a Companhia adquirir toda a energia gerada pelas investidas para suprir o contrato detido.

	Controladora					
	Contas a receber		Contas a pagar (a)		Receitas / (Despesas)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<i>(ii) – Mútuos com intercompany</i>						
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	174	49	7.187	6.288	(767)	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	78	4	-	-	6	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	113	49	120	-	(9)	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	-	-	2.229	1.028	(342)	-
<b>Total</b>	<b>365</b>	<b>102</b>	<b>9.536</b>	<b>7.316</b>	<b>(1.112)</b>	<b>-</b>

	Controladora					
	Contas a receber		Contas a pagar		Receitas / (Despesas)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<i>(iii) – Dividendos</i>						
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	3.968	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	6.751	687	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	123	1.497	-	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	-	-	7.024	6.739	-	-
Dow Brasil S.A	-	-	184	175	-	-
<b>Total</b>	<b>10.842</b>	<b>2.184</b>	<b>7.209</b>	<b>6.914</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Consolidado					
	Contas a receber		Contas a pagar		(Despesas)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>						
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.(*)	-	-	4	-	(826)	(810)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>(826)</b>	<b>(810)</b>

	Consolidado					
	Contas a receber		Contas a pagar		Receitas / (Despesas)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<i>(ii) – Dividendos</i>						
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	-	-	7.024	6.739	-	-
Dow Brasil S.A.	-	-	184	175	-	-
<b>Total</b>	-	-	<b>7.209</b>	<b>6.914</b>	-	-

(\*) Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo dispôs de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia.

## 23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta a classificação contábil dos ativos e passivos financeiros classificados como VJR (valor justo por meio do resultado) e custo amortizado, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	2025 – Controladora		2024 – Controladora	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	1.031	-	5.632
Aplicações financeiras	8	2.514	-	1.260	-
Contas a receber	9	-	21.244	-	21.629
Dividendos a receber	21	-	10.842	-	2.184
Mútuos financeiros com partes relacionadas	21	-	365	-	102
<b>Total</b>		<b>2.514</b>	<b>33.482</b>	<b>1.260</b>	<b>29.547</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	13	-	112.301	-	93.822
Financiamentos	14	-	262.664	-	313.875
Mútuos financeiros com partes relacionadas	21	-	9.536	-	7.316
Outras contas a pagar	13	-	168	-	-
<b>Total</b>		-	<b>384.669</b>	-	<b>415.013</b>

*Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.*  
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas*  
*em 31 de dezembro de 2025 e 2024*

		2025 – Consolidado		2024 – Consolidado	
Nível hierárquico do valor justo		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	2.182	-	1.686
Aplicação financeira	8	5.306	-	8.243	-
Contas a receber	9	-	21.705	-	22.371
<b>Total</b>		<b>5.306</b>	<b>23.887</b>	<b>8.243</b>	<b>24.057</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	13	-	15.071	-	19.262
Financiamentos	14	-	262.664	-	313.875
Outras contas a pagar	13	-	3.252	-	282
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>280.987</b>	<b>-</b>	<b>333.419</b>

		2025 – Controladora		2024 – Controladora	
Nível hierárquico do valor justo		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	3.545	3.545	6.892	6.892
Contas a receber	Nível 2	21.244	21.244	21.629	21.629
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	365	365	102	102
<b>Total</b>		<b>25.154</b>	<b>25.154</b>	<b>28.623</b>	<b>28.623</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	112.301	112.301	93.822	93.822
Financiamentos	Nível 2	262.664	262.664	313.875	313.875
Mútuos financeiros com partes relacionadas	Nível 2	9.536	9.536	7.316	7.316
Outras contas a pagar	Nível 2	168	168	-	-
<b>Total</b>		<b>384.669</b>	<b>384.669</b>	<b>415.013</b>	<b>415.013</b>

	Nível hierárquico do valor justo	2025 – Consolidado		2024 – Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	7.488	7.488	9.929	9.929
Contas a receber	Nível 2	21.705	21.705	22.371	22.371
<b>Total</b>		<b>29.193</b>	<b>29.193</b>	<b>32.300</b>	<b>32.300</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	15.071	15.071	19.262	19.262
Financiamentos	Nível 2	262.664	262.664	313.875	313.875
Outras contas a pagar	Nível 2	3.252	3.252	282	282
<b>Total</b>		<b>280.987</b>	<b>280.987</b>	<b>333.419</b>	<b>333.419</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

### Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
<b>Títulos de dívida corporativos</b>	Comparativo de mercado/fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de descontos derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de créditos similares, ajustados por um fator de liquidez.	Aplicável
<b>Contratos de câmbio a termo</b>	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando as taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas	Aplicável

**b. Gerenciamento de risco financeiro**

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.
- 

***Estrutura de gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**(i) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	3.545	6.892	7.488	9.929
Contas a receber	21.244	21.629	21.705	22.371
Mútuos financeiros com partes relacionadas	365	102	-	-
	<b>25.154</b>	<b>28.623</b>	<b>29.193</b>	<b>32.300</b>

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

***Contas a receber***

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

***Aplicações financeiras***

O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

A exposição máxima consolidada ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como custo amortizado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 5.306 em 31 de dezembro de 2025 (R\$8.243 em 31 de dezembro de 2024).

**Garantias**

A política do Grupo de fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas.

(ii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

**Exposição ao risco de liquidez**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2025

	Controladora					
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	5 – 10 Anos	Mais que 10 anos
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar	112.469	112.469	112.469	-	-	-
Dividendos a pagar	7.902	7.902	7.902	-	-	-
Financiamentos	262.664	378.532	54.694	120.650	188.912	14.276
<b>Total</b>	<b>383.035</b>	<b>498.903</b>	<b>175.065</b>	<b>120.650</b>	<b>188.912</b>	<b>14.276</b>

31 de dezembro de 2024

	Controladora					
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	5 – 10 Anos	Mais que 10 anos
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar	93.822	93.822	93.822	-	-	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	7.316	7.316	7.316	-	-	-
Dividendos a pagar	6.914	6.914	6.914	-	-	-
Financiamentos	313.875	333.728	46.302	115.698	171.728	-
<b>Total</b>	<b>421.927</b>	<b>441.780</b>	<b>154.354</b>	<b>115.698</b>	<b>171.728</b>	<b>-</b>

31 de dezembro de 2025	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar	18.323	18.323	18.323	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	262.664	378.532	54.694	120.650	188.912	14.276
<b>Total</b>	<b>280.987</b>	<b>396.855</b>	<b>73.017</b>	<b>120.650</b>	<b>188.912</b>	<b>14.276</b>

31 de dezembro de 2024	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
<b>Passivos financeiros</b>						
Financiamentos	313.875	333.728	46.302	115.698	171.728	-
Dividendos a pagar	6.914	6.914	6.914	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	19.544	19.544	19.544	-	-	-
<b>Total</b>	<b>340.333</b>	<b>360.186</b>	<b>72.760</b>	<b>115.698</b>	<b>171.728</b>	<b>-</b>

**(ii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**(iii) Risco cambial**

***Hedge de fluxo de caixa envolvendo as receitas futuras altamente prováveis da Companhia.***

Os valores de referência, dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2025, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa US\$ 1,00 / R\$ 5,20 (US\$ 1,00 / R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024), são apresentados a seguir:

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de Proteção	Em USD	Em BRL
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos – Financiamento em (USD)	<b>Variações cambiais parte das receitas operacionais mensais futuras altamente prováveis</b>	Cambial – taxa spot BRLxUSD	Set/2022 à nov/2036	60.599	315.157

**Movimentação do valor de referência (principal)**

	Em USD	Em BRL
<b>Total do instrumento de <i>hedge</i> em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>58.182</b>	<b>281.679</b>
Designação durante o exercício	(4.434)	(25.089)
Variação cambial	-	76.231
<b>Total do instrumento de <i>hedge</i> em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>53.748</b>	<b>332.821</b>
Designação durante o exercício	(3.351)	(15.680)
Variação cambial	-	(39.836)
<b>Total do instrumento de <i>hedge</i> em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>50.397</b>	<b>277.305</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve valor de inefetividade reconhecido no resultado do exercício.

As receitas futuras altamente prováveis, oriundas dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*), atrelados ao dólar americano (USD), designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 42% das receitas futuras altamente prováveis, dos mesmos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*), atrelados ao dólar americano (USD).

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a ser realizada pelas futuras receitas realizadas dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*).

	Variação Cambial	Efeito tributário (34%)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>21.514</b>	<b>(7.655)</b>	<b>14.859</b>
Reconhecido no patrimônio líquido	(78.129)	26.904	(52.225)
<b>Total em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(56.615)</b>	<b>19.249</b>	<b>(37.366)</b>
Reconhecido no patrimônio líquido	34.483	(11.724)	22.759
<b>Total em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>22.759</b>	<b>7.525</b>	<b>14.607</b>

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre o real (BRL), sua moeda funcional, e o dólar americano (USD). A exposição decorre do contrato de financiamento atrelado ao dólar americano e dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*)

***Análise de sensibilidade de moeda estrangeira***

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir está apresentado o instrumento financeiro do Grupo que está exposto à moeda estrangeira, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de câmbio até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pelo Grupo, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas	Taxa em 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de cambio USD (a)	5,22	5,50	5,50	6,87	8,25
		31/12/2025	Sensibilidade		
<b>Risco de itens off-balance (*)</b>	<b>Moeda / Risco</b>	<b>Exposição</b>	<b>Provável</b>	<b>Δ + 25%</b>	<b>Δ + 50%</b>
Contratos de (PPA)	USD	<b>50.397</b>	277.184	(346.227)	(415.777)
<b>Risco de aumento (passivo)</b>	<b>Moeda / Risco</b>				
Financiamentos (**)	USD	<b>(50.397)</b>	(277.184)	346.227	415.777
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa Contratos (PPA)	<b>Moeda / Risco</b>				
	USD	<b>50.397</b>	277.184	(346.227)	(415.777)

(\*) Contratos para revenda de energia futura que serão reconhecidos no resultado em contrapartida ao ativo somente no momento da entrega da energia contratada.

(\*\*) Designados como objeto de *hedge* de fluxo de caixa para o percentual de 41,5% das receitas futuras altamente prováveis.

#### (iv) **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

**Análise de sensibilidade de índices indexadores**

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco:

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário	Sensibilidade		
		Provável	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
		31/12/2026			
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%

Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade					
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%	
<b>Risco de redução (ativo)</b>							
Aplicações financeiras	CDI	5.306	5.956	812	975	(812)	(975)

Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade					
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%	
<b>Risco de redução (ativo)</b>							
Debentures	CDI	262.664	294.840	40.220	975	(40.220)	(975)

(a) *Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Boletim Focus*

A Companhia possui taxa de juros de financiamentos pré-fixados e pós fixados. A variação das taxas de juros e índices do quadro acima apresentam apenas variação dos itens pós fixados.

## 24 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa do Grupo, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

As controladas da Companhia possuem uma arbitragem com probabilidade de perda possível, onde se discute um valor total em disputa de aproximadamente R\$ 35.733.

As controladas da Companhia figuram como autuadas em um auto de infração lavrado pela ANEEL no valor total de R\$ 1.014 com probabilidade de perda possível, por conta de descumprimentos técnicos. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Agência.

A Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda provável em 31 de dezembro de 2025.

## 25 Informações complementares aos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora	
		2025	2024
Tributos diferidos	20	(11.724)	(26.904)
Ajuste de avaliação patrimonial	16	(22.759)	(52.225)
Financiamentos	14	34.483	79.129
Consolidado			
	Nota	2025	2024
Tributos diferidos	20	(8.620)	(26.904)
Ajuste de avaliação patrimonial	16	(14.607)	(52.225)
Financiamentos	14	23.227	79.129

## 26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos do Grupo para os anos subsequentes.

	Consolidado					Total
	2026	2027	2028	2029	Acima de 2030	
TUST/TUSD (a)	5.477	5.720	5.941	6.145	263.573	<b>286.856</b>
Seguros e garantias (b)	398	300	312	322	11.633	<b>12.965</b>
Compra de Energia (c)	384	328	476	626	3.383	<b>5.197</b>
Contratos de (O&M) (d)	1.496	1.343	1.394	1.442	53.563	<b>59.238</b>
Arrendamento (e)	388	404	391	407	18.314	<b>19.904</b>
Outros (f)	1.526	1.299	1.116	1.335	45.441	<b>50.717</b>
<b>Total</b>	<b>9.669</b>	<b>9.394</b>	<b>9.630</b>	<b>10.277</b>	<b>395.907</b>	<b>434.877</b>

**a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)**

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

**b) Seguros e garantias**

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

**c) Compra de Energia**

O Grupo possui contratos de fornecimento de energia registrados na CCEE ao qual realizará compras para manutenção de tais contratos.

**d) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)**

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

**e) Arrendamentos**

O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios de contabilização conforme prevê o IFRS 16.

**f) Outros**

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

## **27 Eventos subsequentes**

### **Reestruturação de dívida**

Em linha com a estratégia de alongamento do perfil da dívida, redução do custo financeiro e otimização da estrutura de capital das entidades Atlas, em 20 de fevereiro de 2026 a Companhia realizou a quitação integral de sua dívida junto ao Inter-American Investment Corporation (IDB Invest), conforme formalizado em *Payoff Letter* datada de 12 de fevereiro de 2026. O valor total pago foi de R\$ 281.314 (equivalente a US\$ 53.810, à taxa de câmbio BRL 5,227).

Para viabilizar a quitação, a Companhia contratou duas novas dívidas no total de R\$ 285.841 (equivalente a US\$ 54.995):

- i. Em 19 de fevereiro de 2026, a Companhia firmou um contrato de Mútuo junto à sua controladora Atlas Casablanca Holding S.A., no valor de US\$ 43.308 (equivalente a R\$ 224.996, à taxa de câmbio BRL 5,195), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração nos mesmos parâmetros da dívida captada pela Atlas Casablanca Holding S.A. de 25% ao ano; e
- ii. Em 15 de fevereiro de 2026, firmou Empréstimo junto ao GIP Helios Aggregator, L.P. (Luxemburgo), entidade sob controle comum do GIP, no valor de US\$ 11.685 (equivalente a R\$ 60.845, à taxa de câmbio BRL 5,207/USD), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração de juros de SOFR diário composto acrescido de 6,90% ao ano, com pagamentos trimestrais de juros.

Os recursos foram recebidos em 20 de fevereiro de 2026 e utilizados integralmente para a liquidação da dívida anterior, resultando no encerramento das obrigações e garantias vinculadas ao contrato com o IDB Invest.

O relacionamento de *hedge accounting* de fluxo de caixa, anteriormente designado entre receitas futuras em dólar e a dívida em dólar junto ao IDB, foi encerrado em função da quitação antecipada da referida dívida. Na mesma data, a Companhia realizou nova designação formal de *hedge accounting*, vinculando a nova estrutura de dívida em dólar à proteção dos fluxos de caixa futuros em moeda estrangeira, de modo a manter a estratégia de mitigação dos efeitos da variação cambial sobre os resultados.

Não houve alteração na titularidade dos ativos, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

Luiz Maia Gutierrez Ballester  
Diretor  
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi  
Contador  
CRC: 1SP206243/O-5  
CPF: 008.175.478-78

\* \* \*